

IR menor para multinacional vai ser adiado

BRASÍLIA — A redução do Imposto de Renda incidente sobre as remessas de lucros ao exterior feitas pelas empresas multinacionais, prevista para vigorar a partir de janeiro próximo, poderá ficar para o início de 1993. Foi o que admitiu ontem o presidente do Banco Central, Francisco Gros, ao acatar sugestão feita pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). "A sugestão é muito boa e, se depender de mim, já está aceita", disse Gros.

Dornelles propôs adiar em um ano a vigência da medida, incluída no pacote fiscal enviado pelo governo ao Congresso no final da semana passada, durante o debate de ontem na Câmara com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. O deputado teme que a diminuição do imposto poderá encorajar ainda mais a saída de capitais do país, num momento em que a própria instabilidade da economia já constitui um estímulo à evasão de divisas. "Estariamos incentivando a saída de dólares antes de incentivar a entrada de recursos novos", concorda o presidente do Banco Central.

O projeto de reforma fiscal encaminhado pelo governo ao Congresso elimina o adicional de Imposto de Renda que atualmente incide sobre as remessas que ultrapassem 12% do capital investido, mantendo apenas a alíquota básica de 25%. Além disso, prevê que a taxa não será maior do que o Imposto de Renda vigente no país de origem do capital — exceto se a empresa estrangeira tiver sede nos chamados paraísos fiscais. Essa alteração deveria vigorar já a partir de janeiro do próximo ano, mas agora é provável que surja uma emenda alterando o prazo para janeiro de 1993, com o apoio do próprio governo.

"O importante não é reduzir imediatamente o imposto, mas indicar que este será o caminho a ser seguido", diz Francisco Gros. Na avaliação de Dornelles, avalizada agora pelo presidente do BC, é preciso primeiro equilibrar a economia.